

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.837.679 - SP (2019/0272573-0)**

**RELATORA** : MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
**RECORRENTE** : N. A. M. MOURAO LAVA RAPIDO E ESTACIONAMENTO  
**ADVOGADO** : LEANDRO PARRAS ABBUD E OUTRO(S) - SP162179  
**RECORRIDO** : JAROSLAW KUZDA  
**ADVOGADO** : FÁBIO KUZDA COSTA PINTO - SP208469

**EMENTA**

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO E COMPENSAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA QUE DECLAROU PREJUDICADO O PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE NULIDADE DO PROCESSO DESDE A CITAÇÃO POR JÁ TER SIDO PROLATADA A SENTENÇA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF. RECORRIBILIDADE IMEDIATA POR AGRAVO DE INSTRUMENTO. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 1.015, III, DO CPC/2015. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA OU ANALOGIA. IMPOSSIBILIDADE. TAXATIVIDADE MITIGADA. MODULAÇÃO.

1. Ação de indenização e compensação - respectivamente - por danos materiais e morais.
2. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados impede o conhecimento do recurso especial.
3. A Corte Especial do STJ, por ocasião do julgamento dos recursos especiais nº 1.696.396/MT e 1.704.520/MT, submetidos ao rito dos repetitivos, de um lado vedou a possibilidade de uso da interpretação extensiva e da analogia para alargar as hipóteses de cabimento do agravo de instrumento e de, outro lado, estabeleceu que a incidência da tese da taxatividade mitigada, segundo a qual se admite a interposição do agravo quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação, apenas se aplicará às decisões interlocutórias proferidas após a publicação do acórdão que fixou a tese, a saber, 19/12/2018.
4. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, não provido.

**DECISÃO**

Cuida-se de recurso especial interposto por N. A. M. MOURAO LAVA RAPIDO E ESTACIONAMENTO, com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional.

**Recurso Especial interposto em: 11/05/2018.**

# Superior Tribunal de Justiça

**Concluso ao gabinete em:** 11/09/2019.

**Ação:** de indenização e compensação - respectivamente - por danos materiais e morais, ajuizada por JAROSLAW KUZDA, em face da recorrente, na qual alega - em síntese - que contratou o serviço de estacionamento oferecido pela demandada, para o fim de proteger a seu caminhão, entretanto - em 10/10/2016 - o supracitado veículo foi furtado de dentro do estacionamento demandado. Afirma que o fato foi registrado no 56º Distrito Policial, nos termos do boletim de ocorrência anexado aos autos (e-STJ, fls. 47/48).

Aduz, ainda, que o representante legal da empresa ré afirmou que não iria pagar o valor decorrente da perda do caminhão.

Dessa forma, requer o pagamento de indenização e compensação pelos danos materiais e morais suportados em decorrência dos fatos narrados.

**Decisão interlocutória:** declarou prejudicado o pedido da recorrente de declaração de nulidade do processo desde a citação por já ter sido prolatada a sentença.

**Acórdão:** não conheceu do agravo de instrumento interposto pela recorrente, nos termos da seguinte ementa:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - Ação ordinária de indenização por dano material e moral - Pronunciamento reconhecendo prejudicado o pedido da ré de declaração de nulidade do processo desde a citação por já ter havido prolação de sentença - Alegada nulidade da citação e necessidade de reconhecimento do vício apontado - Inadmissibilidade da interposição - Pronunciamento não previsto no artigo 1.015 do CPC (Lei nº 13.105/2015) - Aplicação do disposto no artigo 932, III, do referido Codex - Recurso não conhecido. (e-STJ, fl. 195)

**Recurso especial:** alega violação dos arts. 231, 242 e 1.015, III e XIII, todos do CPC/15. Sustenta:

i) a interpretação extensiva do art. 1.015, III, do CPC/15, tendo em vista que o inciso XIII (referente à recorribilidade de *outros casos expressamente referidos em lei*) do dispositivo legal mencionado amplia o rol de decisões agraváveis por instrumento; e

ii) a declaração de nulidade do processo, em razão de supostos vícios constantes na citação da recorrente.

**RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.**

**- Julgamento: aplicação do CPC/15**

**- Da ausência de prequestionamento**

O acórdão recorrido não decidiu acerca dos arts. 231 e 242, ambos do CPC/15, o que inviabiliza o seu julgamento. Aplica-se, portanto, a Súmula 282/STF.

**- Da aplicação do tema repetitivo 988**

De antemão, é preciso lembrar que a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, por ocasião do julgamento dos recursos especiais representativos da controvérsia nº 1.696.396/MT e 1.704.520/MT, submetidos ao rito dos repetitivos, ambos com acórdãos publicados no DJe de 19/12/2018, pronunciou-se expressamente pela **impossibilidade de uso da interpretação extensiva e da analogia para alargar as hipóteses de cabimento do recurso de agravo de instrumento.**

Sobre essa questão, aliás, anote-se ter havido unanimidade da Corte Especial deste Superior Tribunal de Justiça, na medida em que os e. Ministros que foram contrários à tese vencedora - taxatividade mitigada - filiaram-se ao entendimento de que o rol do art. 1.015 do CPC/15 era de taxatividade irrestrita, **negando, consequentemente, a possibilidade de interpretação extensiva ou de uso da analogia.**

De outro lado, anote-se que a tese jurídica da taxatividade mitigada, segundo a qual se admite a interposição de agravo de instrumento quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação, **apenas se aplicará às decisões interlocutórias proferidas após a publicação do acórdão que fixou a tese, a saber, 19/12/2018.**

# *Superior Tribunal de Justiça*

Verifica-se, na hipótese em exame, que a decisão interlocutória proferida em 1º grau de jurisdição (que declarou prejudicado o pedido da recorrente de declaração de nulidade do processo desde a citação por já ter sido proferida a sentença) foi prolatada em 31/10/2017 (e-STJ, fl. 10). Dessa forma, percebe-se que também não se aplica a tese jurídica da taxatividade mitigada à situação em análise, na medida em que a decisão interlocutória impugnada foi proferida antes da publicação do acórdão que fixou a tese.

Forte nessas razões, CONHEÇO parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, NEGOU-LHE PROVIMENTO, com fundamento no art. 932, III e IV, "b", do CPC/15, ressalvada a possibilidade de a recorrente discutir a questão objeto da decisão interlocutória no recurso de apelação ou em suas contrarrazões.

Deixo de majorar os honorários de sucumbência recursal, visto que não foram arbitrados na instância de origem.

Previno às partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação das penalidades fixadas nos arts. 1.021, §4º, e 1.026, §2º, ambos do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília(DF), 02 de outubro de 2019.

**MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
Relatora